



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DEDC I
LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

FELIPE LOPES DI NATALE GUIMARÃES

**AS AGRICULTORAS CAMPONESAS VÃO A UNIVERSIDADE: PROCESSOS
EDUCATIVO-FORMATIVOS DA FEIRA AGROECOLÓGICA DA UNEB.**

Salvador – BA
2023

FELIPE LOPES DI NATALE GUIMARÃES

**AS AGRICULTORAS CAMPONESAS VÃO A UNIVERSIDADE: PROCESSOS
EDUCATIVO-FORMATIVOS DA FEIRA AGROECOLÓGICA DA UNEB.**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais, Departamento de Educação Campus I, da Universidade do Estado da Bahia.

Orientador (a): Prof.^a Dr^a Iêda Rodrigues da Silva Balogh

Salvador – BA.
2023

FELIPE LOPES DI NATALE GUIMARÃES

**AS AGRICULTORAS CAMPONESAS VÃO A UNIVERSIDADE: PROCESSOS
EDUCATIVO-FORMATIVOS DA FEIRA AGROECOLÓGICA DA UNEB.**

Monografia submetida à aprovação da Banca Examinadora, como requisito para conclusão da Graduação Licenciatura em Ciências Sociais, do Departamento de Educação Campus I, na Universidade do Estado da Bahia.

Aprovada em:/...../.....

Banca Examinadora:

Profª Drª Iêda Rodrigues da Silva Balogh - Orientadora
Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Rosana Mara Chaves Rodrigues
Universidade do Estado da Bahia

Prof MS. Leomárcio Araújo da Silva
Rede Camponesa de Agroecologia da Bahia

Dedico este trabalho a todos os camponeses e camponesas que se levantam para lutar por dias melhores.

AGRADECIMENTOS

De início gostaria de agradecer a minha família, Cláudia (minha mãe), Fábio (meu pai), Carlos, Rafael e Marina (meus irmãos), não menos importante a amiga Vanessa Souza. A caminhada no curso e a construção deste trabalho de conclusão de curso, não seria possível de outra forma sem a presença dessas pessoas.

Em segundo momento, agradeço a minha orientadora Iêda Rodrigues da Silva Balogh, que muito me ajudou na construção deste trabalho, inclusive em momentos de desabafo e compartilhamento de situações diversas. No mesmo contexto, agradeço a professora Rosana Mara Chaves Rodrigues pela caminhada conjunta durante o curso, sem as broncas das duas, não teria chegado aqui.

Agradeço bastante as feirantes/agricultoras que com sua luta diária compõem o coletivo da Feira Agroecológica da UNEB, sem o diálogo e a vivência com elas, este trabalho não seria materializado. Agradeço também a equipe do CAECDTPF (Centro Acadêmico de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Paulo Freire), nas figuras de Adenilson Alves Cruz, Francisco Brito e Joseane Batista, pelos diálogos e ações compartilhadas.

Em terceiro momento, agradeço aos amigos e colegas que fiz durante o decorrer do curso, e em especial a LAADCS (Liga Acadêmica de Análise de Dados em Ciências Sociais), por colaborar direta e indiretamente no caminho da formação no curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

Agradeço também às/aos professoras e professores que se fizeram presentes no decorrer da minha permanência no curso, além dos servidores (técnicos e terceirizados) da universidade.

Por último, mas não menos importante, quero agradecer a bandas de Rock e Heavy Metal, como: Avenged Sevenfold, Titãs, Matanza, Metallica, Rammstein e Slipknot que me ajudaram a manter o “juízo” em dia, não surtar, e incentivar a manutenção da esperança.

Live And Let Die.

(Guns n'Roses)

RESUMO

Esta pesquisa versa sobre o processo educativo-formativo das agricultoras feirantes da Feira Agroecológica da UNEB, sendo esse processo feito sobre os princípios da Agroecologia, desde os estudos técnicos de preparação do solo, até o preparo dos produtos para a venda ao consumidor final. Essa pesquisa analisa as aprendizagens ocorridas a partir da realização da própria feira, e do curso ministrado as agricultoras. E a partir disso, estabelece o questionamento, como a aprendizagem contribuiu para a realização da feira? É um trabalho de abordagem qualitativa, do tipo Pesquisa bibliográfica e documental, que utilizou a Documentação como técnica de coleta de dados, a partir de documentos previamente cedidos pela equipe coordenadora da referida Feira. A partir da análise dos documentos cedidos, é possível inferir que o processo educativo-formativo de fato contribuiu para a realização da Feira, mas contou com algumas adversidades no caminho, que acabaram por interferir. O trabalho também expõe a Agroecologia e a Educação do Campo enquanto proponentes de outro modelo de desenvolvimento e de produção de condições de vida.

Palavras-chave: Agroecologia. Educação do Campo. Feiras Agroecológicas.

ABSTRACT

This research deals with the educational-training process of women farmers at the UNEB Agroecological Fair, with this process being carried out based on the principles of Agroecology, from technical studies on soil preparation, to the preparation of products for sale to the final consumer. This research analyzes the learning that occurred from the fair itself, and from the course taught to women farmers. And from this, the question arises, how did learning contribute to the fair? It is a work with a qualitative approach, of the bibliographic and documentary research type, which used Documentation as a data collection technique, based on documents previously provided by the coordinating team of the aforementioned Fair. From the analysis of the documents provided, it is possible to infer that the educational-training process actually contributed to the holding of the Fair, but there were some adversities along the way, which ended up interfering. The work also exposes Agroecology and Rural Education as proponents of another model of development and production of living conditions.

Keywords: Agroecology. Rural Education. Agroecological Fairs.

LISTA DE SIGLAS

| | |
|----------|---|
| CAECDTPF | Centro Acadêmico de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Paulo Freire |
| MST | Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra |
| MPA | Movimento dos Pequenos Agricultores |
| UNEB | Universidade do Estado da Bahia |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 12 |
| 2 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 15 |
| 3 | A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E A LÓGICA DA HIPERPRODUÇÃO. 17 | |
| 4 | REFLEXÕES SOBRE AGROECOLOGIA..... | 22 |
| 5 | A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL | 30 |
| 6 | AS FEIRAS LIVRES..... | 39 |
| 6.1 | AS OFICINAS PEDAGÓGICAS..... | 41 |
| 6.2 | ANÁLISE DO PROJETO DO CURSO | 42 |
| 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 46 |
| | REFERÊNCIAS..... | 48 |

1 INTRODUÇÃO

A complexa sociedade civil brasileira, que habita em áreas urbanas, convive com diversos contextos e sofre influências dos mais diversos cenários que podem envolver política, economia, relações sociais, educação e etc. Esse “corpo” social composto por variadas camadas e classes sociais responde de maneiras diferentes a uma influência externa ou interna, que venha a causar anomia ou perturbação da ordem natural das coisas, segundo teoria atribuída a Durkheim. Os fatores econômicos assim como os culturais, de grande impacto, podem desencadear crises ou mesmo abalos na estrutura social, assim como ocorreu com a crise financeira de 2008, e o *Black Lives Matter* (Vidas Negras Importam, em tradução).

Esses fenômenos sociais acabaram por gerar, o que pode ser entendido como, perturbações no corpo social, devendo ser eliminados ou minimizados para que a ordem natural seja retomada. Porém, existem elementos da sociedade que acabam por gerar conflitos e tensões no próprio contexto social e esses elementos geradores são desnudados a partir de leituras críticas que revelam a existência de classes dominantes que utilizam de artifícios para se manter no poder e impedir as chances das classes menos favorecidas ascenderem socialmente. Assim como existem fenômenos sociais que podem produzir verdadeiros “rebuliços” no tecido social e por consequência, perturbar a ordem social existe na teoria funcionalista elementos sociais que tem o objetivo de integrar o indivíduo à sociedade, ou seja, amenizar as causas individuais e elevar os interesses sociais coletivos. Este elemento é a Educação, e através da moral social, possui a função social de apaziguar as diferenças e contradições, como dito em, “... a função social de evitar a contradição existente entre os interesses pessoais e os sociais.” (MEKSENAS, 1995, p.36).

O tema geral deste trabalho versa sobre a dimensão dos processos educativo-formativos da Feira Agroecológica da UNEB que envolveu o Curso de Formação de Agricultores Familiares Multiplicadores em Agroecologia. Foi resultado de uma provocação feita por alguns movimentos sociais do campo a equipe que compõe o

Centro Acadêmico de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Paulo Freire, CAECDTPF, em meio à realização do segundo Encontro Baiano de Educação do Campo (II EBEC), realizado em 2018 na UNEB campus I.

Nesse sentido, esse estudo traz como questão de pesquisa: Quais os impactos sociais que este curso produziu na vida dessas feirantes? Essa pesquisa tem como objetivo geral, compreender de que maneira as oficinas ministradas contribuem para a realização e permanência da Feira Agroecológica da UNEB. Mais especificamente, identificar as aprendizagens que emergem das relações e interações que acontecem na feira.

Assim como dito acima e retomando a concepção funcionalista sobre a Educação, onde o objetivo é evitar o conflito de ideias entre o individual e o coletivo, para manter a ordem e garantir o progresso da sociedade. No entanto, essa concepção “romântica” não permite a revelação dos mecanismos utilizados para a manutenção do poder sob as classes dominadas e nem a revelação das classes dominantes, esta concepção integra o indivíduo a sociedade por meio da introjeção dos conhecimentos tidos como essenciais para a vida adulta e em contexto social, porém não permite uma criticidade maior acerca da estrutura social brasileira e nem como esta é formada e mantida.

Sendo básica, porém instigante a atividade do pesquisador, que é a reflexão sobre a sociedade, aqui neste caso da ligação campo-cidade, e refletir também sobre os fenômenos sociais que estão em constante ebulição. Faz-se necessário citar, “quem pode comprometer-se?” (FREIRE, 1979).

Essa pergunta nos leva a pensar quem é o “eu” envolvido na pesquisa e/ou investigação científica, além do próprio teor/conteúdo exposto, e novamente Freire nos conduz a saídas para a pergunta, pois este diz que o ser para assumir um ato de compromisso com o mundo, é preciso que este se perceba no mundo. E, para tanto, precisa ter consciência de que está no mundo, gerando assim uma consciência condicionada de sua própria consciência e do lugar que ocupa no mundo. Diferente de Durkheim e da concepção funcionalista da Educação, Paulo Freire nos leva a compreender que apenas quem se compromete com aqueles que foram tornados coisas é quem possui consciência de suas ações no mundo, e não

se posiciona de maneira neutra no contraponto e na contradição de ideias. Do mesmo modo como podemos entender que não existem técnicas neutras, de caráter ideológico ou político, e o profissional da educação que não percebe isso e aplica às mesmas técnicas de ensino da mesma maneira em todos os lugares, como uma forma de levar o conhecimento á aqueles que são considerados recipientes vazios, infelizmente encontra-se alienado.

Essa proposta de pesquisa não pretende colocar o investigador como mero investigador positivista que veio analisar objetos, mas uma pessoa que veio conversar com sujeitos do conhecimento e de atitudes de seu respectivo espaço-tempo e condições sociais.

No tocante a este trabalho e ao descrito acima, iremos falar sobre alguns elementos que são fundantes ao *status quo* da sociedade brasileira, são eles: educação e produção agropecuária (Agroecologia), Educação do Campo, enquanto proposta contra-hegemônica frente ao mercado educacional dominado por grupos corporativos, além da Feira Agroecológica, enquanto elemento da relação campo-cidade. Agroecologia como proposta contra-hegemônica frente ao modelo de produção proposto pelo agronegócio, concentrador de terras, mantenedor de monoculturas e que acaba por influenciar na educação formal.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A Ciência enquanto conjunto de normas, métodos e técnicas utilizado para investigar os fenômenos que se faziam sensíveis nas sociedades, nasce na idade moderna, com a decadência da visão religiosa/metafísica que buscava explicar o mundo. Concomitantemente, havia a ascensão dos modelos matemáticos muito utilizados pelas Ciências Naturais, para explicar os efeitos dos fenômenos existentes e conhecidos pela humanidade.

Esse mesmo modelo matemático apresentava sucesso para as investigações ligadas às Ciências Naturais, entretanto, mostrava ser pouco eficiente ou mesmo ser inadequado para estudar os fenômenos sociais abstratos, ligados às Ciências Humanas e Sociais, onde não existiam, tão evidentes, as relações de causa e consequências.

Para os estudos acerca dos seres humanos em sua condição social, onde este deixa de ser objeto de estudo e passa a ser sujeito, com todas as complexidades que estão envolvidas, o modelo matemático não se aplica. E nesse contexto, temos:

Quando o homem era considerado como um objeto puramente natural, seu conhecimento deixava escapar importantes aspectos relacionados com sua condição específica de sujeito; mas, para garantir essa especificidade, o método experimental-matemático era ineficaz. (Severino, 2013, p 103).

A pesquisa trata sobre um fenômeno social e abstrato, e envolvem os sujeitos em sua complexidade e riqueza de variáveis, por conta disso, a abordagem é qualitativa. Pois apresenta seres humanos como eixo da observação. Não como objetos do conhecimento, onde seriam analisados por modelos de equações matemáticas, mas como pessoas que são sujeitos do conhecimento e presentes em seu contexto. A pesquisa realizada é do tipo bibliográfica e utiliza de documentos disponíveis e já registrados por outros pesquisadores, da mesma maneira, “Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados”. (Severino, 2013, p 106).

Ainda de acordo com Severino (2013), a documentação foi escolhida como técnica de coleta, acerca dos projetos e relatórios sobre a Feira Agroecológica da UNEB e

sobre as Oficinas do Curso de Formação de Agricultores Familiares Multiplicadores em Agroecologia.

O processo de coleta dos dados envolveu o contato direto com a coordenação da Feira Agroecológica, estes por sua vez, cedeu cópias dos projetos institucionais relativos à solicitação, além de relatórios de ex-monitores. A coleta dos dados sobre o curso de formação ocorreu de agosto a setembro de 2023, e a análise dos dados, ocorreu de setembro a outubro.

Após os documentos serem organizados e sistematizados, procedemos a Análise de conteúdo que permitiu compreender a essência desses documentos. Segundo Bardin (2016), a análise de conteúdo, consiste em uma técnica metodológica que se pode aplicar em discursos diversos e a todas as formas de comunicação, seja qual for à natureza do seu suporte, ela auxilia o pesquisador, com base nos dados acessados, apresentar possível resposta para a questão de investigação na perspectiva sociológica.

3 A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E A LÓGICA DA HIPERPRODUÇÃO

Os fenômenos sociais que atingem a sociedade brasileira podem gerar impactos de diversas maneiras considerando as realidades que a população enfrenta no dia a dia. A partir da(s) manifestações geradas por esses fenômenos, o corpo social deve retornar ao seu equilíbrio após as perturbações, como forma de evitar uma ruptura, e por consequência, o caos social, na concepção Durkheimiana.

Dentro desse contexto, pode-se colocar que as atividades de produção de alimentos em áreas rurais, não estão desconectadas e “respondem” de algumas formas a partir da manifestação geradas pelos fenômenos sociais, sejam estes oriundos no Brasil ou no exterior. E no caso deste trabalho, situamos o contexto da Revolução Verde, ocorrida em seguida ao final da Guerra Fria, mais precisamente entre os anos 1960 e 1970, onde estava em curso, a adaptação do campo e da produção de alimentos à lógica da hiperprodução, do lucro capitalista e da redução de custos. Esteve presente também o início da utilização dos agrotóxicos (hoje, “carinhosamente” conhecidos como defensivos agrícolas).

O processo de obediência da produção de alimentos à lógica capitalista de acumulação de riqueza acaba por ter vários resultados negativos, dentre eles se faz importante mencionar alguns aqui. A subordinação do ecossistema e das pessoas que ali vivem e trabalham ao ritmo da produção capitalista, da acumulação de lucro e na constante redução de custos e exploração de trabalho, como nos mostra MARX (1983 apud DA SILVA; GUHUR, 2021, p. 61).

Subordinação da natureza e do trabalho humano ao imperativo de geração do lucro, em uma exigência sempre crescente de produtividade e de redução de custos, violentadora dos tempos e processos da natureza e intensificadora da alienação do ser humano (de si mesmo, da natureza, do gênero humano, do produto do seu trabalho).

Esse ritmo de subserviência da natureza à lógica de produção capitalista não é novo e já dava sinais na Europa do século 19, onde “levava à exaustão dos solos na Europa e na América do Norte” (Foster, 2005; Mazoyer; Roudart, 2010 apud DA SILVA; GUHUR, 2021, p. 61).

Para que a produção de alimentos pudesse acompanhar o ritmo global e toda a parafernália tecnológica de armas, tanques e produtos químicos desenvolvidos para as duas guerras mundiais e a guerra Fria, tivesse uma conversão e destino final, a Revolução Verde foi apresentada como solucionadora para o aceleração da produção de alimentos e combate a fome. Segundo Brito (2022, p. 59),

Como exemplo, podem-se mencionar as modificações sofridas pelas indústrias produtoras de tanques e de produtos químicos que, finda a guerra, foram transformadas em tratores e agrotóxicos, junto a uma parafernália tecnológica mais tarde capitaneada pela revolução verde, para uso na agricultura.

Após essa transformação, os “benefícios” da Revolução Verde foram disseminados para resolver um possível atraso tecnológico na agricultura dos países subdesenvolvidos e combater a fome no mundo, esse atraso seria divulgado como obstáculo para alçar uma maior e mais veloz produção de alimentos. Por sua vez, esse obstáculo de atraso seria solucionado com a compra de pacotes de insumos, ou pacotes tecnológicos.

Para a criação da demanda, da necessidade de compra, e por fim da venda desses pacotes tecnológicos, fora organizado “todo um complexo técnico-científico, financeiro, logístico e educacional”. (PORTO-GONÇALVES apud BRITO, 2022, p. 60).

Os referidos pacotes estavam carregados da ideologia capitalista presente nos EUA de combate ao comunismo expresso pela URSS e por Cuba, onde o combate à fome e as desigualdades sociais expressavam causas sociais com massivo apoio popular. Para fazer frente à resposta dos países comunistas às mazelas que atingiam as suas populações, e propor outro caminho que prometia resolver o problema da fome, os pacotes tecnológicos estimulavam o cultivo, a (re) produção de sementes de alta produtividade, a total integração do uso a concomitância da utilização de agrotóxicos, adubos químicos, correção química do solo, além da total utilização dos equipamentos da proposta do pacote.

E com o resultado que apresentava após a utilização na plantação, a colheita em grande escala, em curto espaço de tempo, e de produtos grandes e que eram bonitos ao olhar do consumidor final, os resultados propostos pela revolução Verde

conquistaram espaço de mercado e na vida das pessoas no cenário brasileiro, afinal entregava grande quantidade de alimentos em pouco espaço de tempo.

Para os produtores rurais, a Revolução Verde, através dos pacotes tecnológicos fora apresentada como a modernização da produção de alimentos, conseqüentemente do campo brasileiro. Onde prometia entregar uma solução tecnológica que resolveria problemas como infestação por pragas, solos improdutivos e/ou com propriedades químicas desconectadas da produção, uso de equipamentos e máquinas agrícolas que dobravam ou triplicavam a velocidade de produção frente ao que os trabalhadores rurais poderiam oferecer, além de baratear seus custos. Uma maravilha aos olhos do agronegócio brasileiro que se organizava para receber essa modernidade com os incentivos fiscais do governo brasileiro, á época comandado pela ditadura militar.

O que não foi divulgado foram os prejuízos gerados por esse avanço tecnológico, prejuízos ao homem e ao ecossistema. Ao homem podemos citar os danos à saúde dos trabalhadores expostos e em contato direto com os agrotóxicos, a onda de desemprego e da diminuição de oferta de trabalho e emprego nas lavouras (fator decorrido da utilização de máquinas grandes na semeadura, manutenção e na colheita), além dos danos a saúde da população vizinha aos locais de plantação decorrente da massiva exposição aos agrotóxicos. E, no final da cadeia de alimentos, os prejuízos causados aos consumidores finais decorridos da alimentação de produtos plantados com agrotóxicos.

Aos prejuízos para o ecossistema, podemos citar a contaminação de lençóis freáticos de água por conta da utilização de corretivos químicos e agrotóxicos na plantação, extinção ou diminuição da fauna selvagem local devido ao controle do que é considerado “praga” (gerando um efeito cascata no equilíbrio da cadeia alimentar), erosão, e empobrecimento e/ou exaustão de grandes faixas de terra.

O resultado do processo hegemônico da instalação e modernização da agricultura brasileira foi uma completa dominação e imposição de uma relação de subserviência das famílias agricultoras á logica de produção capitalista industrial, tanto da porteira para dentro como da porteira para fora. Onde o ritmo das relações sociais e familiares passou a obedecer aos ditames da produção.

A partir dessa instalação e padronização da agricultura brasileira, nos moldes da agricultura internacional, estava estabelecido um “novo normal”, uma nova

conformação de um “corpo social” que visava atender as necessidades da fome e da geração de lucro. Tendo como resultado um reestabelecimento da ordem e do equilíbrio social.

No entanto, essa instalação ocorreu de maneira abrupta e foi imposta culturalmente aos agricultores familiares brasileiros, pela obrigatoriedade da utilização completa do pacote tecnológico, essa obrigação em utilizar o pacote para a produção resultava em grandes lucros para as indústrias e na consolidação da territorialização do capital no campo.

A referida territorialização ocorreu a partir da utilização contínua e reforçada por agentes do governo brasileiro, como engenheiros agrônomos extensionistas, que visitavam as propriedades levando o conhecimento aos locais mais distantes, e orientando as famílias produtoras a melhorar sua produção, porém sem conhecer a realidade local e impondo às famílias de agricultores uma nova maneira de produzir e de se relacionar com seu território, essa maneira desconsiderava totalmente os conhecimentos geracionais e de tradição popular que as famílias carregam o que acarretou na desconexão entre sujeito e território. Em uma perspectiva antropológica, podemos dizer que a popularização do novo “modus operandi” fora feita a partir do difusionismo, tendo como agentes, os profissionais extensionistas à época.

Outro ponto que contribui para a produção de alimentos em larga escala é a concentração fundiária nas mãos de poucas pessoas, característica histórica que se apresenta principalmente nos países que sofreram “colonização” europeia. Essa concentração advém como resultado da evolução do modo de produção capitalista europeu, onde a terra deixava de ser considerado um elemento natural, assim como o vento, o fogo e a água, e passava a ser mercadoria, e por consequência, torna-se posse de alguém.

Por tornar-se mercadoria, podendo ser vendida, a terra passa a ter um responsável, alguém que possui direitos sobre ela. O direito sobre a terra, enquanto propriedade privada é introduzido pelos regimes políticos republicanos, segundo Stédile (2021, p. 628). O mesmo autor nos convida a pensar sobre a questão agrária e a concentração de terras no Brasil, a partir do período colonial, tendo como ponto de partida o monopólio de terras pelo rei de Portugal, e a cessão de longas faixas de terra a restritas famílias de latifundiários europeus, com a missão de ocupar e

manter o território, faixas de terra também conhecidas como as capitâneas hereditárias.

Também de acordo com Stédile (2021), além da coroa portuguesa ter dividido parte da colônia em Capitâneas hereditárias, a forma específica de organizar a produção na colônia, de modo a atender as exigências portuguesas fora a *Plantation*. Essa forma de produção era baseada na exploração da mão de obra escrava, e os produtos eram enviados para Portugal. Porém devido a essa concentração de terras nas mãos de restritas sendo feita no período da colônia marca a desigual distribuição das terras férteis até os dias atuais.

4 REFLEXÕES SOBRE AGROECOLOGIA

Os fenômenos sociais que atingem a sociedade brasileira podem gerar impactos de diversas maneiras considerando as realidades que a população enfrenta no dia a dia. A partir da(s) manifestações geradas por esses fenômenos, o corpo social deve retornar ao seu equilíbrio após as perturbações, como forma de evitar uma ruptura, e por consequência, o caos social, na concepção Durkheimiana.

Dentro desse contexto, pode-se colocar que as atividades de produção de alimentos em áreas rurais, não estão desconectadas e “respondem” de algumas formas a partir da manifestação geradas pelos fenômenos sociais, sejam estes oriundos no Brasil ou no exterior. E no caso deste trabalho, situamos o contexto da Revolução Verde, ocorrida em seguida ao final da Guerra Fria, mais precisamente entre os anos 1960 e 1970, onde estava em curso, a adaptação do campo e da produção de alimentos à lógica da hiperprodução, do lucro capitalista e da redução de custos. Esteve presente também o início da utilização dos agrotóxicos (hoje, também conhecidos como defensivos agrícolas).

O processo de obediência da produção de alimentos à lógica capitalista de acumulação de riqueza acaba por ter vários resultados negativos, dentre eles se faz importante mencionar alguns aqui. A subordinação do ecossistema e das pessoas que ali vivem e trabalham ao ritmo da produção capitalista, da acumulação de lucro e na constante redução de custos e exploração de trabalho, como nos mostra Marx (1983 apud DA SILVA; GUHUR, 2021, p. 61).

Subordinação da natureza e do trabalho humano ao imperativo de geração do lucro, em uma exigência sempre crescente de produtividade e de redução de custos, violentadora dos tempos e processos da natureza e intensificadora da alienação do ser humano (de si mesmo, da natureza, do gênero humano, do produto do seu trabalho).

Esse ritmo de subserviência da natureza á logica de produção capitalista não é novo e já dava sinais na Europa do século 19, onde “levava à exaustão dos solos na Europa e na América do Norte” (Foster, 2005; Mazoyer; Roudart, 2010 apud DA SILVA; GUHUR, 2021, p. 61).

Para que a produção de alimentos pudesse acompanhar o ritmo global e toda a parafernália tecnológica de armas, tanques e produtos químicos desenvolvidos para

as duas guerras mundiais e a guerra Fria, tivesse uma conversão e destino final, a Revolução Verde foi apresentada como solucionadora para o aceleramento da produção de alimentos e combate a fome. Segundo (BRITO 2022, p. 59).

Como exemplo, podem-se mencionar as modificações sofridas pelas indústrias produtoras de tanques e de produtos químicos que, finda a guerra, foram transformadas em tratores e agrotóxicos, junto a uma parafernália tecnológica mais tarde capitaneada pela revolução verde, para uso na agricultura.

Após essa transformação, os “benefícios” da Revolução Verde foram disseminados para resolver um possível atraso tecnológico na agricultura dos países subdesenvolvidos e combater a fome no mundo, esse atraso seria divulgado como obstáculo para alçar uma maior e mais veloz produção de alimentos. Por sua vez, esse obstáculo de atraso seria solucionado com a compra de pacotes de insumos, ou pacotes tecnológicos.

Para a criação da demanda, da necessidade de compra, e por fim da venda desses pacotes tecnológicos, fora organizado segundo Porto-Gonçalves (apud Brito, 2022, p. 60), “todo um complexo técnico-científico, financeiro, logístico e educacional”.

Os referidos pacotes estavam carregados da ideologia capitalista presente nos EUA de combate ao comunismo expresso pela URSS e por Cuba, onde o combate à fome e as desigualdades sociais expressavam causas sociais com massivo apoio popular. Para fazer frente à resposta dos países comunistas às mazelas que atingiam as suas populações, e propor outro caminho que prometia resolver o problema da fome, os pacotes tecnológicos estimulavam o cultivo, a (re) produção de sementes de alta produtividade, a total integração do uso a concomitância da utilização de agrotóxicos, adubos químicos, correção química do solo, além da total utilização dos equipamentos da proposta do pacote.

E com o resultado que apresentava após a utilização na plantação, a colheita em grande escala, em curto espaço de tempo, e de produtos grandes e que eram bonitos ao olhar do consumidor final, os resultados propostos pela revolução Verde conquistaram espaço de mercado e na vida das pessoas no cenário brasileiro, afinal entregava grande quantidade de alimentos em pouco espaço de tempo.

De acordo com Brito (2022), para os produtores rurais, a Revolução Verde, através dos pacotes tecnológicos fora apresentada como a modernização da produção de alimentos, consequentemente do campo brasileiro. Onde prometia entregar uma solução tecnológica que resolveria problemas como infestação por pragas, solos improdutivos e/ou com propriedades químicas desconectadas da produção, uso de equipamentos e máquinas agrícolas que dobravam ou triplicavam a velocidade de produção frente ao que os trabalhadores rurais poderiam oferecer, além de baratear seus custos. Uma maravilha aos olhos do agronegócio brasileiro que se organizava para receber essa modernidade com os incentivos fiscais do governo brasileiro, á época comandado pela ditadura militar.

O que não foi divulgado foram os prejuízos gerados por esse avanço tecnológico, prejuízos ao homem e ao ecossistema. Ao homem podemos citar os danos à saúde dos trabalhadores expostos e em contato direto com os agrotóxicos, a onda de desemprego e da diminuição de oferta de trabalho e emprego nas lavouras (fator decorrido da utilização de máquinas grandes na semeadura, manutenção e na colheita), além dos danos a saúde da população vizinha aos locais de plantação decorrente da massiva exposição aos agrotóxicos. E, no final da cadeia de alimentos, os prejuízos causados aos consumidores finais decorridos da alimentação de produtos plantados com agrotóxicos.

Aos prejuízos para o ecossistema, podemos citar a contaminação de lençóis freáticos de água por conta da utilização de corretivos químicos e agrotóxicos na plantação, extinção ou diminuição da fauna selvagem local devido ao controle do que é considerado “praga” (gerando um efeito cascata no equilíbrio da cadeia alimentar), erosão, e empobrecimento e/ou exaustão de grandes faixas de terra.

Ainda de acordo com Brito (2022), o resultado do processo hegemônico da instalação e modernização da agricultura brasileira foi uma completa dominação e imposição de uma relação de subserviência das famílias agricultoras á logica de produção capitalista industrial, tanto da porteira para dentro como da porteira para fora. Onde o ritmo das relações sociais e familiares passou a obedecer aos ditames da produção.

A partir dessa instalação e padronização da agricultura brasileira, nos moldes da agricultura internacional, estava estabelecido um “novo normal”, uma nova conformação de um “corpo social” que visava atender as necessidades da fome e da

geração de lucro. Tendo como resultado um reestabelecimento da ordem e do equilíbrio social.

No entanto, essa instalação ocorreu de maneira abrupta e foi imposta culturalmente aos agricultores familiares brasileiros, pela obrigatoriedade da utilização completa do pacote tecnológico, essa obrigação em utilizar o pacote para a produção resultava em grandes lucros para as indústrias e na consolidação da territorialização do capital no campo.

A referida territorialização ocorreu a partir da utilização contínua e reforçada por agentes do governo brasileiro, como engenheiros agrônomos extensionistas, que visitavam as propriedades levando o conhecimento aos locais mais distantes, e orientando as famílias produtoras a melhorar sua produção, porém sem conhecer a realidade local e impondo às famílias de agricultores uma nova maneira de produzir e de se relacionar com seu território, essa maneira desconsiderava totalmente os conhecimentos geracionais e de tradição popular que as famílias carregam o que acarretou na desconexão entre sujeito e território. Em uma perspectiva antropológica, podemos dizer que a popularização do novo “modus operandi” fora feita a partir do difusionismo, tendo como agentes, os profissionais extensionistas à época.

A partir do contexto histórico e político descrito acima, além do alicerce nos autores citados acima, conclui-se que a modernização da agricultura brasileira, e conseqüentemente do campo, teve origem na importação dos pacotes tecnológicos e na completa utilização destes para a produção de alimentos em larga escala. No entanto essa modernização ocorre através da justificativa do “avanço do progresso”, através da utilização do difusionismo antropológico em detrimento aos saberes populares e ancestrais da população do campo, que reside e vive do/no campo. Dito de outro modo, essa modernização desrespeita o tempo, o entendimento (concepção), por conseqüência, o modo de vida das famílias camponesas.

O difusionismo acima mencionado pode ser relacionado ao conceito de Paulo Freire, denominado Invasão Cultural, que por sua vez consiste no processo de dominação e imposição de silêncio às comunidades invadidas, mais precisamente “... a invasão cultural que deforma o ser da sociedade invadida, a qual chega a ser uma espécie de caricatura de si mesma”, segundo (FREIRE apud GUSTSACK, 2010, p. 291). Essa citação permite entender que as sociedades dominadoras através de seus

agentes impõem seu modo de trabalhar, seus hábitos alimentares, sua religião e sistemas políticos, ou seja, seu *modus operandi*, às comunidades invadidas. Através da inserção desses agentes em espaços de convivência das comunidades invadidas, ou no caso deste trabalho, na inserção dos agentes extensionistas nas propriedades das famílias camponesas.

Uma vez instalada na comunidade dominada, a invasão cultural acaba por impor outra visão de mundo e a substituição de valores sociais/morais as pessoas que ali residem, estas por consequência tendem a querer andar, vestir, se comportar como as pessoas da sociedade dominadora e acabam por não se reconhecer mais como naturais daquele local, em um misto de negação/rejeição da própria cultura e aceitação/assimilação da cultura dos invasores. Num processo de imposição como falado acima, e anti-dialógico, a invasão cultural "... impõe outra visão de mundo e freia a criação e a expansão das manifestações culturais dos invadidos." (GUSTSACK, 2010, p. 291).

O contexto acima exposto nos permite entender como fora feito o processo de modernização da agricultura brasileira, considerando os aspectos tecnológicos e sociais, que possuem relação com o tema da produção de alimentos. Porém é importante ressaltar que com o surgimento da Ecologia enquanto campo de investigação científica e o impulso de contestação social gerado a partir do movimento ambientalista e do crescimento da contracultura, o eixo de análise a cerca do trabalho e da produção humana é questionado e começa a ser deslocado.

E aqui no Brasil, como dito por Brito (2022), nomes como Ana Maria Primavesi, Sebastião Pinheiro, Adilson Pascoal e Luiz Carlos Pinheiro Machado, deram o início e catapultaram o surgimento da Agroecologia brasileira, a partir de 1970. Todos esses autores deram importantes passos para a contribuição a Agroecologia, sempre no sentido da valorização dos saberes ancestrais e populares aliados a conservação do solo e da produção de alimentos a partir de outra vertente, que não a lógica da acumulação capitalista.

Reduzir a Agroecologia a um conjunto de técnicas de manejo e conservação de solo além de práticas de plantação de alimentos sem o uso de agrotóxicos é cometer um grave engano e desprezar toda a bagagem sociocultural que esta ciência abarca, além de que, esta fomenta novas concepções de mundo e sociedade. No entanto, partindo de um conceito abrangente e rico, de Eduardo Sevilla-Guzmán, podemos

ter como ponto de partida científico, segundo (SEVILLA-GUZMÁN apud BRITO, 2022, p. 70).

A agroecologia pode ser definida como o manejo ecológico dos recursos naturais através de formas de ação social coletiva que apresentam alternativas para a atual crise civilizatória, por intermédio de propostas participativas a partir do domínio da produção e da circulação alternativa de seus produtos, objetivando estabelecer formas de produção e consumo que contribuam para encarar a degradação ecológica e social provocada pelo neoliberalismo.

A partir desta concepção colocada pelo autor acima referido, podemos concluir que a Agroecologia não se limita em um conjunto de técnicas e manejo cultural da produção de alimentos, mas trata de um novo olhar para o ecossistema, onde aja a integração entre os seres humanos e a natureza através do trabalho, tendo este como elemento fundamental. Mas indo além, não é possível tratar da Agroecologia sem esquecer-se das relações geracionais e familiares, onde os saberes são passados como herança familiar.

Assim como toda obra de autoria humana, é necessário localizar a ciência em seu devido contexto, que por sua vez abarca as relações sociais e o desenvolvimento no caminhar histórico, a Agroecologia, por sua vez não se furta a este foco. Historicamente os seres humanos já praticavam a agricultura desde a idade das cavernas, e ao longo dos séculos e das gerações de descendentes, continuaram a identificar, pesquisar, conservar e domesticar espécies diversas de plantas alimentícias que beneficiavam suas famílias. Do mesmo jeito essas gerações de camponeses desenvolveram formas de trabalho, ferramentas e práticas direcionadas a produção, sendo estas diretamente relacionadas e adaptadas às condições climáticas locais, que num processo de evolução partilhada, entre camponeses e natureza, compôs os mais diversos ecossistemas e as cosmovisões das famílias camponesas, sobre sua produção, suas relações sociais e o meio ambiente ao seu redor.

Deste modo, não é possível falar em Agroecologia sem nem ao menos considerar a existência e importância dos saberes geracionais das famílias camponesas, que é verdadeira riqueza cultural, herdada pelos filhos das gerações que os precederam. Assim como, “os sistemas de conhecimento (local, camponês, e/ou indígena) são portadores de potencial endógeno, que permite fortalecer a biodiversidade ecológica e sociocultural”. (BRITO, 2022, p.70).

Finalmente, e trazendo para um contexto mais atual, porém não distante dos conceitos e concepções trazidas anteriormente, Roseli Caldart apresenta uma concepção do que seja Agroecologia, em uma mesa de exposição no IFPE, em 2020. Segundo CALDART, (3º Seminário de Agroecologia e 2º Seminário de Educação do Campo do IFPE, 2020).

A Agroecologia trata de uma *forma de agricultura* ou um *modo de produzir* fundamentado em uma abordagem *ecológica e social* da relação dos seres humanos com a *terra mater* (totalidade da natureza que integram) e entre si, mediada pelo *trabalho*. Ela põe em cena dois personagens subsumidos pela forma capitalista de ver o mundo: a *natureza* e as *comunidades camponesas*, em forte relação metabólica. Quando se junta com a *luta pela terra* (reapropriação social dos bens naturais) mostra a radicalidade a ser dada à luta por *igualdade social* na transformação do sistema.

De acordo com Caldart, a Agroecologia propõe outro projeto de desenvolvimento e outra visão de mundo, onde os seres humanos tenham uma ligação maior com a natureza. De modos que o agricultor familiar, ao exercer sua atividade social, naquela extensão de terra, herdada de gerações familiares anteriores, extrai dali o que é necessário para suprir algumas carências alimentares de sua família, e o excedente possa ser comercializado. Neste contexto, existe uma conexão forte entre a família de agricultores e a terra, afinal, as técnicas para o cultivo e a plantação fazem parte de sua herança ancestral.

Ainda de acordo com Caldart, ao fortalecer a relação homem-natureza, do agricultor familiar, existirá um incentivo para a permanência deste na terra. Diferente do modelo mercantilista proposto pelo agronegócio, onde as propriedades e capacidades naturais estão ali à disposição do capital e do capitalista para produzirem alimentos, que se tornam mercadoria ao serem vendidos. E que, por sua vez, geram retorno na forma de lucro, apenas para quem faz dela um negócio. Não existindo qualquer vínculo fruto de uma relação metabólica ou de pertencimento/identificação.

Assim como fortalecer a relação homem-natureza, a Agroecologia também estabelece a importância das resistências dos povos do campo através da organização social para a construção coletiva e implantação da Agroecologia em seus territórios. Toda construção coletiva dos movimentos sociais do campo reflete uma intervenção na realidade, para tentar a mudança nos contextos que estão sob

influência do agronegócio, essa construção pode ser feita por ações diretas e políticas, como as construções de agroindústrias nas associações e cooperativas de movimentos sociais do campo que beneficiam alguns produtos dos assentamentos rurais agregando valor aos alimentos, como a produção de farinha a partir da mandioca produzida ali com a preparação na casa de farinha erguida pelo movimento. Ou ainda, a transformação de frutas locais em polpas.

Como dito anteriormente essas resistências e lutas são feitas por camponeses e sua famílias que podem estar organizados em movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Esses são dois movimentos de destaque, sem desconsiderar a luta dos outros movimentos, que se fazem presentes em diversas atividades locais, como: as Feiras da UNEB e UFBA, o Armazém do Campo, e o Raízes do Brasil. Todas essas atividades são de proposição e/ou participação de cada movimento social em cenário estadual, porém é importante ressaltar a existência da La Via Campesina, um coletivo internacional que é a voz ativa de camponeses e camponesas, indígenas, pequenos agricultores, sem-terra, quilombolas, pescadores e comunidades tradicionais. Esse coletivo se propõe a ser uma via alternativa ao agronegócio e a agricultura convencional, é composto por diversos movimentos e realiza atividades no mundo inteiro.

5 A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL

A Educação do Campo parte de um pressuposto de contestação da ordem imposta a partir da mercantilização e da precarização da educação e da privação desta, sendo contextualizada com o local de nascimento e de vivência dos camponeses e de suas famílias. Esse movimento de contestação possui como eixos norteadores, a prática social, o direito civil, e a concepção (enquanto crítica à precarização das condições de vida no campo). Entretanto, enquanto conceito apresenta uma evolução e uma renovação constante, não se fixando a uma sequência de palavras que podem perder ou ganhar novos sentidos mediante a evolução das interpretações.

Enquanto direito, a educação pública é regulamentada pelo artigo 205 da Constituição Federal, onde apresenta, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988). Esse dispositivo constitucional estabelece que a educação pública deva ser acessível a toda a população, além de ser dever do Estado e da família prover as condições de acesso a ela. Além de estabelecer que a sociedade civil deva incentivar para que seja de qualidade tal que prepare as pessoas para compreender e exercer a cidadania, além de preparar para a inserção e a qualificação no mundo do trabalho.

A partir desse artigo podemos concluir que o direito a educação pública e de qualidade é acessível para toda e qualquer pessoa, mas ela é de fato acessível e dialoga com os espaços das pessoas que vivem e trabalham no campo? A Educação do Campo, nos leva a pensar questões como essas a partir da contestação que propõe fazer sobre a precarização das condições de vida no campo, a partir de sua própria prática social. Além de propor outro modelo de desenvolvimento social, e por consequência, de enfrentamento ao capitalismo.

Diferente da Educação Rural, que nos anos de 1960, foi “transplantada” da zona urbana para a zona rural, para atender as manifestações sociais, entretanto de modo parcial. Porém, antes de dissertar sobre Educação do Campo, é importante saber as condições históricas para que houvesse seu “surgimento” ou início. Ou

ainda, é necessário conhecer os desenhos históricos e sociais que levaram ao surgimento da Educação Rural e a evolução da Educação do Campo.

Não é possível existir verdadeiros avanços políticos e sociais, de modo a superar ou evitar retrocessos, em uma sociedade humana, sem antes investigar a trajetória histórica desta. Assim é importante entender as origens da Educação, em contexto rural, no Brasil. E é pontuado, por diversos autores como, Arroyo, Caldart e Molina (2004), além de Júnior, Netto (2011), que a educação rural brasileira/no Brasil, esteve sempre relegada a segundo plano e sobrevivendo de restos de pacotes, técnicas e planos “mirabolantes” carregados de tecnologia (já descartada por países colonizadores/de primeiro mundo), que já em desuso na capital/metrópole, eram enviados para o interior como avanços tecnológicos. Estes por sua vez, chegavam carregados de promessas e fetiches, como a extinção do analfabetismo ou a preparação para o mercado de trabalho urbano, além da promessa de extinção do atraso do mundo rural em relação às cidades.

A educação brasileira acompanha os desenhos políticos e econômicos desde os tempos de colônia, onde o Brasil era um país agrário e de base econômica de exportação manufaturada, e assim como dito por Rocha, Passos e Carvalho (2004). “As matrizes culturais centradas no trabalho escravo, na concentração fundiária, no controle do poder político pela oligarquia e nos modelos da cultura letrada europeia “urbanocêntrica””. Segundo os autores, a elite á aquela época junto ao governo, não se fazia partícipe da educação pública e esta era conduzida pela iniciativa dos jesuítas que seguiam com o ensino da catequese aos indígenas e ignoravam os escravos. Além de não planejar uma oferta pública de educação, apontava culturalmente na direção da conservação dos costumes europeus e da manutenção da escravidão, não permitindo avanços.

Esse modelo de desenvolvimento, agrário e escravocrata, era reflexo da colonização e escravidão imposta pelos portugueses aos nativos brasileiros e aos negros africanos. De modo que a formação atuava/era pensada apenas para engrossar as fileiras de escravos nas lavouras, que por sua vez, eram preparados apenas para as tarefas relacionadas ao plantio e a colheita, da/na fazenda do senhor de terras, dono das sesmarias. Dessa forma, e concordando com Rocha, Passos e Carvalho (2004), os saberes culturais e ancestrais dos escravos, relacionados ao trato com a terra,

sequer eram considerados além de serem ignorados em função da imposição da condição de escravidão.

A partir desse contexto inicial, datado por volta do século XVIII, percebemos que a educação no contexto rural, está incluída, desde suas raízes, no projeto e desejos das elites agrárias brasileiras. Que almejavam manter o Brasil enquanto país exportador de mercadorias agrícolas e de baixo valor agregado, de modos que a estrutura fundiária se mantivesse a mesma, assim como nos diz, Pasquetti (2013):

A escola brasileira, de 1500 até o início do século XX, serviu e continua servindo, em grande medida, para atender o projeto das elites, sendo de difícil acesso para grande parte da população rural. Para as elites do Brasil agrário, as mulheres, indígenas, negros e trabalhadores rurais não precisavam aprender a ler e escrever, pois, para desenvolver o trabalho agrícola, o letramento era desnecessário.

O parágrafo acima retrata o projeto nacional da classe dominante para o Brasil, e os brasileiros, um país agrário e exportador, com uma sociedade “educada” apenas para trabalhar. Deste modo, o alfabetizar, não era importante para manter as atividades agrícolas, mas apenas o orientar para produzir.

De acordo a esse contexto inicial, percebemos o descaso e a completa falta de interesse do governo em proporcionar uma educação pública, acessível e cativante aos estudantes. Porém fica mais evidente ainda quando se muda o foco para a Educação no meio rural, onde esse descaso, não é recente e, novamente temos Pasquetti (2013, p. 79) “... a educação rural nem sequer foi mencionada nos textos constitucionais até 1891, evidenciando o descaso dos dirigentes com a população do campo.”.

No caso da Educação Rural, como mencionada anteriormente, o efeito do descaso é ainda mais grave. Esta, por sua vez, foi legada a uma cópia idêntica das escolas públicas que estão em territórios urbanos, de modo que o modelo da segunda fora copiado, transplantado e colado nas escolas rurais, sem sequer considerar as singularidades totais e específicas de cada território e ambiente.

Divergências essas que perpassam por compreender e se relacionar com o contexto e as condições de vida do lócus em que as escolas estão instaladas, no entanto essa integração, da escola com a comunidade local, era dificultada por falhas nas

questões materiais a baixos orçamentos, assim como mostram Rocha, Passos e Carvalho (2004).

(...) em relação aos elementos humanos disponíveis para o trabalho pedagógico, a infra-estrutura e os espaços físicos inadequados, as escolas mal distribuídas geograficamente, a falta de condições de trabalho, salários defasados, ausência de formação inicial e continuada adequada ao exercício docente no campo e uma organização curricular descontextualizada da vida dos povos do campo.

Porém, os problemas enfrentados pela população que vive no âmbito rural, no tocante a educação, vão para além das questões de infraestrutura e econômicas das escolas, perpassando também pela qualidade e adequação dos conteúdos pedagógicos lecionados ao contexto social local. O que foi ignorado, na transposição do modelo da escola urbana para a escola rural. Considerando que o modelo escolar brasileiro, não sofreu grandes transformações de modo a romper com as suas estruturas basilares, que ainda apresentam características da educação praticada no império.

Mais precisamente, e novamente concordando com Júnior, Netto (2011), pode-se colocar que as escolas transplantadas possuem uma matriz curricular, que em sua maioria, enfatiza os princípios e direitos da cidadania, e de uma vida saudável, porém sendo circunscrita aos limites espaciais e culturais do contexto urbano, e que ao fazê-lo, acaba por se negar a reconhecer o campo como um espaço social e de constituição de identidades e sujeitos.

Significa dizer, finalmente, que a escola enquanto instituição central e responsável por aplicar a Educação Rural encontrava-se engessada em si mesma por um modelo de ensino fundado na/para a cultura europeia que foi transplantada para o Brasil. Esse modelo de educação de educação rural, que é decorrente do paradigma de sociedade agroexportador, sob uma lógica de país colonizado, não reconhece a divisão de terras entre latifúndios e minifúndios, e sequer lança luzes para a relevância e diversidade dos conhecimentos ancestrais dos camponeses e agricultores locais.

E assim como dito anteriormente, a Educação e a escola são essencialmente políticas, e não estão ilhadas do contexto político da realidade, mesmo que esta seja

possuidora de uma grande diversidade de fenômenos sociais. Nesse sentido, vale a pena trazer novamente outra contribuição de Júnior, Netto (2011):

O paradigma da educação rural apóia-se em uma visão tradicional do espaço rural no País e não se propõe a fazer as inter-relações emergentes da sociedade brasileira, nem incorporar as demandas trazidas à sociedade por movimentos sociais e sindicais, que exigem a valorização das especificidades do meio rural. Esse modelo de educação rural torna-se um instrumento de reprodução e expansão de uma estrutura agrária concentradora. Os trabalhadores rurais e suas técnicas são vistos como improdutivos, excluídos, e seus territórios não existem porque não são entendidos como territórios de vida.

Nesse parágrafo acima inserido, podemos perceber que o paradigma da educação rural não se estabelece por uma estrutura inclusiva e coletiva, mas seletiva e exclusiva, a cerca dos camponeses que vivem e trabalham no campo. Onde seus familiares são compreendidos apenas como receptáculos vazios de conhecimentos, esperando que a escola venha prepara-los com os conhecimentos básicos e suficientes para exercer o trabalho nas grandes fazendas de monocultura exportadora.

No entanto, duas das características mais marcantes do público frequente da educação rural são, o abandono escolar e a falta de identificação com os conteúdos escolares. A segunda característica já foi de certo modo tratada acima, agora lançaremos luzes para a primeira.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na pesquisa da PNAD Contínua de 2019, 51,2% 69,5 milhões de pessoas não terminaram o ensino médio. Ao filtrar o foco dessa questão para a região nordeste do país, os números são mais desanimadores, na região segundo a mesma pesquisa, 3 em cada 5 pessoas adultas, não completaram essa fase dos estudos, significa dizer que 60,1% das pessoas entrevistadas, não completaram o ensino médio.

A mesma pesquisa cita ainda alguns motivos que levaram os entrevistados a se evadir da escola, e segundo a PNAD de 2019, entre os principais motivos para o abandono escolar estão, “necessidade de trabalhar (39,1%) e a falta de interesse (29,2%). Entre as mulheres, destaca-se ainda gravidez (23,8%) e afazeres domésticos (11,5%).” (IBGE, 2019).

Após a leitura dos dados apontados pela pesquisa, é possível proceder com algumas análises quando relacionamos os dados ao presente texto, os números revelam que a primeira e a segunda justificativa respectivamente, foram as que mais ocorreram quando se questionou às pessoas entrevistadas sobre a motivação para o abandono escolar. Essas motivações revelam um cenário que aponta para além do espaço físico da escola localizada em área rural, mas não além de suas possibilidades pedagógicas de alcançar determinada realidade geradora do fenômeno acima citado, e também, não distante de maneira a impossibilitar ações para diminuir a evasão.

A(s) realidade(s) brasileira(s), de fato possui (em) uma riqueza grande de detalhes e provoca a ebulição de variados fenômenos sociais, dentre os quais está à escola rural que nada tem a ver, em termos de conteúdo, com a realidade em que está. Esse é um fato que pode condicionar a evasão de estudantes, quando se considera que desde a infância já se inicia a lida na/com a terra. E no caso dos camponeses e agricultores familiares, evidencia-se uma necessidade maior da relação aprendizado escolar com a vida cotidiana, assim como dito por Ribeiro (2012), p 295.

Os filhos dos camponeses experimentam uma necessidade maior de aproximação entre o trabalho e o estudo, visto que a maior parte deles ingressa cedo nas lidas da roça para ajudar a família, de onde se retira a expressão agricultura familiar. Mas na escola apenas se estuda, e este estudo nada tem a ver com o trabalho que o camponês desenvolve com a terra.

Neste parágrafo, a autora evidencia uma parte da relação parental familiar com a propriedade e usufruto da terra produtiva, onde a família é a “célula-base” de produção, e a partir dessa relação entre si são distribuídas tarefas na propriedade para todos os membros. A partir dessa “mistura” que envolve laços familiares e a produção da subsistência, fica evidente a aplicação do termo Agricultura Familiar.

E no caso das crianças e jovens, filhos e filhas de camponeses, a aplicação dessas tarefas são iniciadas desde a mais tenra infância, onde eles dividem seu tempo entre a escola e a lida na terra. Esse exercício da lida advém, não somente, por uma questão de identificação com o território, mas também, da necessidade de trabalhar para ajudar a suprir as necessidades alimentares de sua própria família.

Observando os dados da pesquisa da PNAD de 2019, percebe-se que a falta de identificação com os conteúdos escolares aparece como uma das principais causas

para o abandono escolar, esse fenômeno ocorre pela falta de relação de sentidos entre o trabalho coletivo na propriedade familiar e o que é aprendido na escola. De modo que o trabalho e a participação social desenvolvida ali na “roça”, exercem papéis essenciais no processo educativo dos filhos dos camponeses. E novamente, concordando com Ribeiro (2012), p 296, temos que:

A permanência das crianças na escola depende do que esta pode oferecer em relação às atividades práticas relativas ao trabalho material como base da aprendizagem, ou seja, da produção de conhecimentos.

Nesse período a autora afirma que a permanência das crianças na escola é condicionada pela relação que a instituição consegue fazer dos conteúdos pedagógicos com o exercício das atividades práticas desenvolvidas no dia a dia dos estudantes. Tendo como base, a produção de conhecimento com significados diversos, porém alicerçados nos conteúdos escolares.

Reforçando o que foi dito anteriormente, a educação rural, do modo como foi apresentada ao Brasil e seguindo o seu paradigma, relatado por Silva Júnior, Borges Netto (apud Silva e Costa, 2006), privilegia e é orientada pela divisão das extensões de terras rurais, entre latifúndio-minifúndio, agronegócio-campesinato. De maneira que busca preparar seus estudantes para trabalhar nas grandes fazendas e/ou buscar refazer a vida em uma cidade grande, afastando-se da natureza. Esse mesmo modelo de educação privilegia o Agronegócio em detrimento da Agroecologia.

Diferente da Educação Rural, a Educação do Campo (EdoC) é concebida a partir de um movimento de contestação das condições de vida e de permanência no campo, em que se estabelece a partir de seu paradigma, e de sua prática social, sendo esta exercida pelos movimentos sociais camponeses. Em sua concepção, a Educação do Campo, entende o mesmo enquanto um território diversificado e com suas particularidades, assim como dito por Rocha, Passos e Carvalho, (2004), segundo as autoras o território em questão é considerado, economicamente diverso além de possuir uma multireferencialidade. O primeiro pela relação que os camponeses possuem com as propriedades e o acesso a estas, além dos diversos modos como se relacionam com o trabalho, o avanço tecnológico e o mercado (enquanto instância de compra e venda). Ou seja, das mais variadas dinâmicas sociais e econômicas existentes. O segundo, devido a sua imensa e rica bagagem histórica-

cultural enquanto tradições, que são permanentemente reinseridas nas recentes relações sociais e familiares, além de expressar o modo de vida das populações camponesas.

Essas duas características da Educação do Campo podem ser consideradas fundamentais, pois estão de acordo ao paradigma, expresso por Silva Júnior, Borges Netto (apud Silva e Costa, 2006), p 51.

O paradigma da educação do campo concebe o campo como espaço de vida e resistência, onde camponeses lutam por acesso a terra e pela oportunidade de permanecer nela. Concebe a diversidade dos sujeitos sociais – agricultores, assentados, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas, pescadores, indígenas, remanescentes de quilombos, enfim, todos os povos do campo brasileiro. Reconhece a importância da agricultura familiar ao reconhecer a diversidade do campo brasileiro.

Tanto o paradigma como as características acima descritas apontam para o que sejam, os princípios mais fortes e norteadores da EdoC, entender o campo como um espaço de vida, luta e resistência, assim como, batalhar pela implantação e permanência de uma Educação que seja contextualizada com a vida cotidiana dos camponeses e seus familiares.

A EdoC se faz presente numa perspectiva que compreende os camponeses enquanto sujeitos de seu tempo, que são capazes de alterar a realidade social a partir da ação conjunta. Essa perspectiva emancipadora visa a desalienação do camponês e de seu trabalho, e potencializa, numa escala maior, a construção de outro modelo de desenvolvimento que não o proposto pelo agronegócio capitalista.

Toda essa perspectiva e os princípios acima citados, alicerçados no paradigma da Educação do Campo possibilita uma aproximação teórica com a Agroecologia e a Economia Solidária. Assim como exposto por Cruz, Silva, Silva (2022), p 125.

Uma condição para produzir e preservar – princípios da agroecologia- é a contextualização dos processos de ensino como estratégia de sensibilização, mobilização e organização da população do campo para identificar as problemáticas e construir soluções apropriadas que visem à melhoria das condições de vida.

Assim como exposto pelos autores, uma das formas de alterar as condições de vida e permanência no campo refere-se à organização coletiva e ao compartilhamento de

saberes para organização e busca de soluções para as dificuldades que venham a impor barreiras aos camponeses. Essa estratégia de resposta trata-se de um processo dinâmico e plural, onde os problemas do coletivo são tratados e resolvidos pelo coletivo de modo que, seja possível continuar a produzir e preservar.

Já no caso da Economia Solidária, os autores assim dissertam, Cruz, Silva, Silva (2022), p 127.

Os princípios contidos nos processos educativos da educação do campo e da economia solidária favorecem, portanto a desalienação do trabalhador, porque representa a passagem da irresponsabilidade e ignorância em relação ao que ocorria na empresa e na sua realidade para uma nova situação, que tem a responsabilidade coletiva tanto pelo novo empreendimento quanto pela realidade que se encontra inserido.

Em concordância com o texto, tanto a economia solidária e a agroecologia estabelecem processos educativos ou formativos e solidários, que além de fixar os camponeses em seu local de identificação, os capacita para atuarem coletivamente na sua propriedade rural, ou no caso no empreendimento coletivo. Assim como esses mesmos processos estimulam a quebra da alienação capitalista sofrida pelo camponês ao trabalhar em uma fazenda de agronegócio onde este não pode acessar as riquezas geradas a partir de seu trabalho, numa propriedade que não lhe pertence. E existe também a desalienação para a realidade social local, que é potencializada a partir das experiências educativo-formativas.

6 AS FEIRAS LIVRES

As Feiras livres localizadas em bairros populares eram os principais pontos de abastecimento de produtos alimentícios em Salvador, até antes do crescimento e do alastrar das grandes redes de mercados/hipermercados voltados às compras em atacado. Além de ser economicamente mais acessível à população de baixa renda, a feira possibilitavam o escoamento da produção de agricultores locais, sendo vendidas diretamente aos moradores viabilizando uma forma de renda, não distante, as mesmas eram conhecidas por serem pontos de encontro, onde existiam as mais variadas formas de trocas, materiais e imateriais.

No tocante ao espaço das Feiras livres, este não é limitado apenas por marcações geográficas, mas é marcado pela rica diversidade de encontros e diálogos que acontecem em seu decorrer. São as trocas imateriais, mas que compõem a sociabilidades(s) existentes naquele espaço. Onde diversos sujeitos urbanos conversam com sujeitos rurais, a fim de satisfazer a necessidade de saber mais informações sobre os alimentos e plantas, da mesma forma sobre seus produtores e terrenos, assim sendo, como dito por Brito, Silveira e Cruz (2020), estabelecer novamente a ligação entre produtores e consumidores além de estabelecer relações baseadas na solidariedade entre feirantes e fregueses.

A Feira Agroecológica da UNEB, não está distante do que foi inserido aqui a partir da compreensão sobre outras feiras livres, que proporciona para além da relação monetária, a criação de laços entre as agricultoras e os clientes. Recuperando essa tradição das feiras livres e de bairro, e sendo implantada em outubro de 2017 a partir de um projeto de extensão intitulado, **“FEIRA AGROECOLÓGICA DA UNEB: MULHER CAMPONESA, DIVERSIDADE E SEGURANÇA ALIMENTAR NA CONSTRUÇÃO DO BEM VIVER”**. Sua construção e realização deve-se a articulação feita pela equipe do Centro Acadêmico de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Paulo Freire (CAECDTPF) com movimentos sociais e organizações populares do campo, essa articulação objetivou tornar público, o fundamental debate a cerca da Agroecologia e da Educação do Campo na atualidade, frente à capacidade finita de geração produtos alimentícios do planeta Terra, e da contínua exploração desenfreada do meio ambiente.

A referida feira fora pensada sob a ótica de ser um projeto de extensão universitário realizado dentro e em parceria com a UNEB, tendo como um dos seus objetivos, mas não unicamente, a geração de renda para as famílias camponesas. Entretanto, os objetivos da Feira vão muito mais além da geração de valores monetários, inclusive o (re) estabelecimento da relação entre agricultoras/feirantes e o público frequentador, o espaço geográfico como “sala de aula a céu aberto”, e “um ponto de reunião social” (Heredia, 1979 *apud* Brito; Silveira; Cruz 2020). De modo geral a Feira é um lugar de partilha e de geração de saberes e conhecimentos.

Construída sobre os braços coletivos (universidade e movimentos sociais), a Feira se fundamenta sob um dos eixos que são o tripé das universidades públicas brasileiras, o tripé da Extensão. E por sua própria natureza, tenta reestabelecer uma conexão ser humano-natureza mediada pelos saberes ancestrais das agricultoras feirantes, essa conexão é ainda mais rica pelo fato de serem realizadas ali, ACC (Atividade Curricular em Comunidades). Essas atividades ocorreram com a curricularização da Feira Agroecológica nos cursos de Ciências Sociais e Pedagogia, o que permitiu a inserção e participação de estudantes dos referidos cursos em oficinas, estágios curriculares e visitas de campo.

Em seu ano de fundação, a Feira Agroecológica da UNEB, era composta por 11 barracas de feirantes, e com mais dois espaços de debates pedagógicos, onde ocorreram oficinas com temas ligados a alimentação saudável e a inclusão sócia produtiva. Esses espaços fizeram parte da proposta pedagógica da Feira que incluía a realização de debates com exposições a cerca de assuntos ligados a vida do/no campo, mas que reverberavam no contexto urbano.

Eram construídos com parcerias externas como a Feira Agroecológica da UFBA, a Fiocruz (por meio do projeto Terrapia), o Instituto de Permacultura da Bahia, e a RedeMoinho. Através desses espaços pedagógicos a equipe do CAECDT que coordenava a Feira tentava atingir o objetivo de divulgar conhecimento através de suas atividades, utilizando seu *lócus* como uma sala de aula a céu aberto.

Atualmente a Feira Agroecológica da UNEB possui uma média de 10 barracas ocupadas, sendo 9 barracas ocupadas por agricultoras/feirantes e uma barraca ocupada pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Ente parceiro que colabora com a permanência na feira e a venda de produtos de várias cidades da Bahia e até mesmo de outros estados.

A proposta da Feira estabelece a oferta de alimentos de base agroecológica ao público interno e externo a Uneb, sendo advindos de territórios camponeses ligados a movimentos sociais, associações/cooperativas. Importante colocar que os produtos agroecológicos são diferentes, por sua natureza e modo de produção, dos alimentos orgânicos, estes últimos vendidos em larga escala nas grandes redes de mercado, inclusive nos atacados.

Os alimentos orgânicos não recebem a carga de agrotóxicos, como os outros produtos alimentícios disponibilizados para compra do público geral. Por conta da grande quantidade de propagandas valorizando essa condição da ausência de veneno, esses alimentos acabam por ter preços mais elevados, e ofuscam a riqueza da produção e comercialização dos produtos agroecológicos.

Entretanto, os alimentos orgânicos mesmo que não recebam agrotóxicos, são comercializados segundo os moldes do agronegócio capitalista, ou seja, os produtos são mercadoria e pertencem a uma pessoa que por sua vez é dona de terras e em teoria, remuneram os trabalhadores rurais de acordo as leis trabalhistas vigentes. Assim, os alimentos orgânicos são em seu processo de produção, geradores de lucro e mais-valia, desse modo, apresentam semelhanças quando relacionados aos alimentos que recebem agrotóxicos.

A concepção sobre os alimentos agroecológicos apresentada por Lopes, Fernandes (2021), permite o esclarecimento a cerca do que são esses alimentos, o seu processo de produção e a diferenciação relacionada aos orgânicos e alimentos com agrotóxicos. Além de serem livres de agrotóxicos e fertilizantes químicos os produtos das feiras são social e ambientalmente sustentáveis. Isso significa que desde o preparo da terra á fase de colheita, inexistente o contato com produtos químicos, não comprometendo o meio ambiente e a saúde dos trabalhadores envolvidos na produção.

6.1 AS OFICINAS PEDAGÓGICAS

A Agroecologia e a Educação do Campo estão direta e fortemente ligadas, seja na questão da produção de alimentos sem agrotóxicos, seja na luta para aprimorar as condições de vida e permanência no campo, assim como se relacionam a cerca da qualidade da Educação da população camponesa. E da mesma maneira, o elemento

social Trabalho, pode ser entendido como fator gerador de sociabilidades e fomentador de uma relação de identidade cultural e pertencimento aos trabalhadores, a Educação enquanto elemento social possui fatores que são intensos na mesma medida.

Não deixando essa relação teórica ficar distante da realidade da universidade pública estadual que mais está presente no estado da Bahia, com seus campus e centros acadêmicos espalhados no interior, a equipe coordenadora da Feira Agroecológica da UNEB elaborou e executou um projeto de extensão, voltado a formação continuada das agricultoras feirantes, intitulado: **Curso de Formação de Agricultores Familiares Multiplicadores em Agroecologia**.

6.2 ANÁLISE DO PROJETO DO CURSO

O referido curso objetivou a formação continuada das agricultoras feirantes, a cerca da produção agroecológica de produtos alimentares. Formação essa que compreendeu desde o manejo técnico voltado ao manejo do solo para recuperação deste, adubação e semeio, até a precificação dos itens, perpassando inclusive pela perspectiva de gênero e trabalho. Todo esse processo fora construído nos moldes da Agroecologia.

O projeto do curso estabeleceu a formação continuada do referido público, em uma perspectiva agroecológica apontando para a construção de outro modelo de desenvolvimento. Na perspectiva acima citada, está presentes a valorização dos saberes geracionais, e, portanto ancestrais, da mesma maneira se apresenta a produção de alimentos saudáveis e a preservação da natureza.

Aliado ao ensino das técnicas de produção esteve presente, componentes curriculares ligados às metodologias de participação, o estudo das políticas públicas ligadas ao campo e a perspectiva de gênero. O estudo destas áreas mais sociais, não pode ficar distante ou descontextualizado do meio camponês, pois o conhecimento acerca do estudo da terra é complementado com o estudo e partilha das relações humanas.

Ao aliar os estudos técnicos, os estudos sociais e as práticas do “bem viver”, a coordenação da Feira buscou a construção de uma pedagogia com as agricultoras

feirantes, diferente da implantação de uma pedagogia para elas (advinda de fora e moldada em diferentes contextos), mas uma construção coletiva que valoriza os saberes ancestrais e os une aos conhecimentos técnicos científicos levados pelos professores que ministraram o curso.

Tal qual a Educação do Campo estabelece em seus princípios, a divisão entre o TE (Tempo Escola) e o TC (Tempo Comunidade), por conta das dinâmicas da produção da agricultura familiar e agroecológica, o projeto do referido curso não foi diferente. Ao projetar o curso de extensão, a equipe de coordenação dividiu as aprendizagens entre o Tempo Comunidade e o Tempo Universidade. O primeiro sendo desenvolvido nas comunidades de origem das agricultoras feirantes, onde elas realizaram leituras, estudos e pesquisas a cerca da sua atuação. O segundo, respectivamente, ocorreu na Associação da Comunidade Paulo Jackson no município de São Sebastião do Passé, nesse local ocorreu os encontros coletivos entre os educandos e os professores. Na associação ocorreram atividades que envolviam diretamente os contextos familiares de cada educando.

A metodologia do curso fora baseada a partir da sinergia entre os elementos ensino, pesquisa e extensão, de modo a capacitar os educandos para que eles tivessem conhecimentos necessários para elaborar intervenções coletivas, em contato direto com suas próprias hortas, mediada pelos professores do curso. O que permitiu a realização de diagnósticos e discussões a cerca da realidade vivida, assim como o debate para a busca de soluções e alternativas para as dificuldades.

Pedagogicamente, o curso fora montado em formato de oficinas temáticas tendo como técnica de ensino as rodas de conversa, além da exposição dos conteúdos temáticos. A seguir a tabela com os componentes ministrados e a carga horária de cada um:

| DISCIPLINAS | CARGA HORÁRIA |
|--|----------------------|
| Horticultura Agroecológica | 12 |
| Fundamentos da Agroecologia | 06 |
| Boas Práticas Agroecológicas (itercâmbio) | 06 |
| Educação do Campo e Agroecologia | 06 |
| Metodologias participativas: diálogo entre saberes | 06 |
| Beneficiamento de alimentos | 06 |
| Economia Solidária e Preço Justo | 06 |
| Políticas Públicas para o Meio Rural | 06 |
| Agroecologia e Gênero | 06 |
| TOTAL | 60 |

Fonte: Projeto de Extensão do curso de Formação de Agricultores Familiares Multiplicadores em Agroecologia. Adaptado. Acesso em: 11/2023.

O projeto do curso fora construído e apresentado às agricultoras feirantes, além de alcançar de forma parcial parte dos objetivos específicos, sendo os alcançados: Possibilitar aos educandos um referencial teórico-prático consistente sobre Educação do Campo e Agroecologia na perspectiva do Bem Viver no contexto de um projeto de desenvolvimento sociocultural e econômico do campo. E, Qualificar agricultores familiares para atuarem como agentes multiplicadores em suas comunidades e outras.

Esses objetivos foram concluídos devido à formação gerada pelas aulas do curso e os resultados ficam evidentes por conta da permanência rotineira na Feira além da intensa participação das agricultoras feirantes em atividades e eventos sediados na universidade, assim como a solidariedade envolvida entre elas para não deixar de vender os produtos de uma agricultora feirante, caso ela esteja impossibilitada de comparecer.

Os outros dois objetivos específicos que não foram alcançados, ou foram alcançados parcialmente, são: Qualificar agricultores para atuarem em projetos de desenvolvimento rural sustentável e solidário. E, Construir subsídios teórico-práticos para a elaboração de políticas públicas de Educação do Campo e Agroecologia. Esses dois objetivos, não foram alcançados ou foram parcialmente alcançados devido à interrupção da realização das oficinas causada pela Pandemia do Covid-

19, e por serem objetivos relacionados a temas que exigem um maior e mais denso aprofundamento, não foi possível alcançá-los em sua totalidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos pressupostos iniciais e no desenvolvimento desta pesquisa, pode-se atestar que os objetivos foram alcançados de maneira parcial. Ao passo que a pesquisa possibilita uma compreensão a cerca de como fenômenos sociais podem ressoar na sociedade brasileira, interferindo diretamente em áreas abstratas como Educação, assim como interferem diretamente na alimentação e saúde da população. Da mesma maneira, como os alimentos contaminados por agrotóxicos e a indústria de publicidade e marketing que espalham a mensagem “o agro é tech, o agro é pop”, interferem direta e indiretamente na vida da população.

Além de evidenciar a relação pedagógica entre Agroecologia, a crítica ao modelo de desenvolvimento atual, e a proposta de um novo modelo, a pesquisa trata a cerca da relação homem-natureza e como os saberes geracionais podem contribuir de maneira positiva, para uma alimentação mais saudável e menos agressiva ao meio ambiente, além de fortalecer a identidade cultural dos camponeses e evitar uma sensação de incompatibilidade com o lugar que vivem.

O caminhar deste trabalho de conclusão de curso permite responder a pergunta de partida, sobre a influência das oficinas para a realização da Feira Agroecológica da UNEB. As oficinas forneceram o “arcabouço teórico” e científico sobre práticas com elementos da natureza e as etapas relativas à preparação e venda dos produtos para exposição na referida feira. Entretanto, se faz necessário salientar que as oficinas foram interrompidas por conta da pandemia do Covid-19, e não se sabe como seria o desenrolar destas.

A investigação também permite concluir que a aprendizagem significativa por parte das agricultoras feirantes ocorreu a partir do curso de extensão. Fora dos espaços escolares formais, com a abordagem metodológica de oficinas coletivas, e tendo sido organizado a partir do que estabelece a Pedagogia da Alternância, esta de maneira geral, informa que o período escolar para famílias que moram no campo deve ser dividido em TE (Tempo Escola) e TC (Tempo Comunidade).

Finalmente, considerando as reflexões feitas neste trabalho a partir da Agroecologia, da Educação do Campo e das Feiras Agroecológicas, urge a necessidade de pensarmos um novo modelo de desenvolvimento social, que atenda as demandas coletivas da população e não seja tão danoso ao meio ambiente. Além de

estabelecer um olhar crítico para as inconsistências e incompatibilidade das tecnologias “milagrosas” advindas de realidades que nada ou pouco tem a ver com os diversos contextos brasileiros. Por fim, a pesquisa não finaliza uma abordagem ou uma investigação, sempre dá margens para novas dúvidas e interpretações a cerca dos fenômenos sociais, sempre convidando ao exercício da curiosidade científica.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Abolição e reforma agrária**. São Paulo: Ática, 1991.

ARROYO, Miguel Gonzalez. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. *In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma Educação do Campo***. Petrópolis: Vozes, 2004.

BAHIA. 2019. **Curso de Formação de Agricultores Familiares Multiplicadores em Agroecologia**. Salvador/BA: CAECDT, 2019.

BAHIA. 2017. **FEIRA AGROECOLÓGICA DA UNEB: MULHER CAMPONESA, DIVERSIDADE E SEGURANÇA ALIMENTAR NA CONSTRUÇÃO DO BEM VIVER**. Salvador, BA: CAECDT, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto. Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016. 141 p.

BOF, Alavana Maria. et al. **A educação no meio rural do Brasil**: Revisão da literatura. *In: BOF, Alavana Maria (org.). **A educação no Brasil rural***. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Artigo 205º da Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRITO. Francisco Emanuel Matos. Da Crítica à Revolução Verde à Chegada da Agroecologia no Campo e no Campus: a Experiência da UNEB. *In: _____*. ANDRADE, Gilmar dos Santos. SODRÉ, Maria Dorath Bento. RODRIGUES, Rosana Mara Chaves. (Org.). **Educação do Campo e Agroecologia: Resistência e Luta pelo Fortalecimento dos Saberes e Fazeres**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2022. P. (57-85).

BRITO, Francisco Emanuel Matos. SILVEIRA, Diógenes Costa. CRUZ, Adenilson Alves. **A Feira Agroecológica da UNEB: Difundindo a Agroecologia Junto aos Agricultores e Consumidores**. *In: XI Congresso Brasileiro de Agroecologia*, 2019, São Cristóvão/SE. Anais. Sergipe. 2020. P. (1-5).

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo e Agroecologia: Encontro Necessário**. *In: 3º Seminário de Agroecologia e 2º Seminário de Educação do Campo do IFPE*, 2020, Anais. P (1-9).

CRUZ, Adenilson Alves. SILVA, Roberto Marinho Alves da. SILVA, Ronalda Barreto da. Educação e Estratégias Emancipatórias no Campo: a Formação do Trabalhador para Agroecologia e Economia Solidária. *In: BRITO, Francisco Emanuel Matos. ANDRADE, Gilmar dos Santos. SODRÉ, Maria Dorath Bento. RODRIGUES, Rosana Mara Chaves. **Educação do Campo e Agroecologia: Resistência e Luta Pelo***

Fortalecimento dos Saberes e Fazeres. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. P. (107-133).

FERNANDES, Bianca. LOPES, Felipe. As Feiras Agroecológicas em Salvador e a Pandemia do Covid-19. **Liga Acadêmica de Análise de Dados em Ciências Sociais.** Salvador, 01 de setembro de 2021. Disponível em: <https://laadcs.wordpress.com/2021/09/01/as-feiras-agroecologicas-em-salvador-e-a-pandemia-do-covid-19/>. Acesso em: 20/11/2023.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** 12ª Edição. São Paulo. Paz e Terra, 1979.

GUHUR, Dominique. SILVA, Nívia Regina da. Agroecologia. *In:* DIAS, Alexandre Pessoa... [et al.]. **Dicionário de Agroecologia e Educação.** São Paulo: Expressão Popular, 2021. P. (59 – 73).

GUSTSACK, Felipe. INVASÃO CULTURAL. *In:* STRECK, Danilo R. REDIN, Euclides. ZITKOSKI, Jaime José (Org.). **Dicionário Paulo Freire.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. P (291- 2092).

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Educação 2019:** Mais da Metade das Pessoas de 25 Anos ou Mais Não Completaram o Ensino Médio. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>. Acesso em: 15/10/2023.

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia da Educação.** São Paulo: Loyola, 1995.

PASQUETTI, Luís Antônio. Terra e Educação: Direitos Negados Historicamente aos Trabalhadores do Campo no Brasil. *In:* NASCIMENTO, Antônio Dias. RODRIGUES, Rosana Mara C. SODRÉ, Maria Dorath B. **Educação do Campo e Contemporaneidade. Paradigmas, Estratégias Possibilidades e Interfaces.** Salvador: EDUFBA, 2013. P (75-90).

RIBEIRO, Marlene, Educação Rural. *In:* CALDART, Roseli Salete. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012. P. (295 – 301)

ROCHA, Eliene Novaes. PASSOS, Joana Célia dos. CARVALHO, Raquel Alves de. **Educação do campo: Um olhar panorâmico.** *In:* **II Conferência de Educação do Campo**, 2004, Luziânia – GO. P (1-11). Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/educacao-no-campo/educacao-do-campo-um-olhar-panoramico.pdf> Acesso em: 09/10/2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico/** Antônio Joaquim Severino. 1ª Edição. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA JUNIOR, Astrogildo Fernandes da. BORGES NETTO, Mário. POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO: Percursos Históricos e Possibilidades. **Entrelaçando –**

Revista Eletrônica de Culturas e Educação. Caderno Temático: Cultura e Educação do Campo. N.3. P. (45-60). (Nov./2011).

STÉDILE, João Pedro. Questão Agrária. *In*: DIAS, Alexandre Pessoa... [et al.]. **Dicionário de Agroecologia e Educação.** São Paulo: Expressão Popular, 2021. P. (627-633).